

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº **20.455.2015-80-TCE**
ENTIDADE: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF
NATUREZA: **Prestação de Contas**
OBJETO: Prestação de Contas do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF, exercício de 2014.
RESPONSÁVEL: **Jefferson Lunardelli Cogo – Diretor Presidente à época.**
PROCURADOR:
RELATOR: **Cons. José Augusto Araújo de Faria**

ACÓRDÃO Nº 10.548/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal. **Por Unanimidade.** Pela **irregularidade** das Contas. Pela aplicação de multa sanção aos Contadores. **Por maioria.** Nos termos do voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro. Pela **não aplicação de multa sanção** ao gestor em face da não apresentação do inventário. Pela **devolução** do valor de **R\$ 817.147,28**, referente à baixa injustificada na contabilidade, lançado como pagamento de ordem bancária de transferências voluntárias – OBTV. Pela aplicação de **multa acessória** ao Gestor no montante de **10%** (dez por cento) de todo o valor a ser devolvido. **Comunicação** do apurado ao Conselho Regional de Contabilidade. **Arquivamento** do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro- Relator **José Augusto Araújo de Faria: 1)** considerar **IRREGULAR** a Prestação de Contas do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF, exercício orçamentário e financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor **JEFFERSON LUNARDELLI COGO** – Diretor Presidente à época, com fulcro na alínea “b”, do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. **Vencido em parte** o Conselheiro Relator, que votou pela aplicação de multa sanção no valor de R\$ 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta reais), ao Senhor **JEFFERSON LUNARDELLI COGO** – Diretor Presidente à época.

2) por maioria, nos termos do voto do Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**, pela não aplicação de multa ao gestor em face da não apresentação do Processo TCE nº 20.455.2015-80-TCE - Acórdão nº 10.548/2017

Pág. 1 de 3

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

inventário, **mas, pela devolução** do valor de **R\$ 817.147,28** (oitocentos e dezessete mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos), corrigido monetariamente, até o dia do depósito, referente a baixa injustificada na contabilidade, lançado como pagamento de ordem bancária de transferências voluntárias – OBTV, de tudo dando ciência a este Tribunal de contas, sob pena de responsabilidade. OBS: (entende-se por OBTV, o pagamento da despesa do convênio diretamente na conta corrente do beneficiário de forma virtual, o que garante a publicidade dos dados). **A OBTV só é emitida se todas as etapas do convênio tiverem sido cumpridas** pelas partes envolvidas no processo (concedentes convenientes e fornecedores).

3) Pela aplicação de multa acessória ao Senhor JEFFERSON LUNARDELLI COGO – Diretor Presidente à época, com fulcro no art. 88, da Lei Complementar nº 38/93, no valor de **R\$ 81.714,72** (oitenta e um mil, setecentos e quatorze reais e setenta e dois centavos), **correspondente a 10% (dez por cento), sobre todo o valor a ser devolvido.**

4) Pela aplicação de multa Sanção no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), individualizada, aos Senhores ROGÉRIO DE SOUZA CAMPOS – Contador CRC/AC nº 001048/0-7 e WILDEMAR MESSIAS DA SILVA – Contador CRC/AC nº 001274/0-8, em face de serem responsáveis pela geração e encaminhamento das informações contábeis **em meio eletrônico**, pelos fatos noticiados quanto: **A) Baixa injustificada** na contabilidade no valor de **R\$ 817.147,28** lançado como pagamento de OBTV, conforme encontra-se na conciliação bancária à (fl. 41) dos autos; **B) Diferença** de **R\$ 121,65** entre o Passivo Circulante da Autarquia e os valores que foram inscritos na forma restos a pagar processados no Balanço Financeiro à (fl. 41); **C) Divergência** de **R\$ 765,96** entre o valor registrado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP à fl. 16), conta Materiais e Bens de Consumo no valor de **(R\$ 548.192,88)** e o valor registrado no Inventário Analítico do Almoxarifado de **(R\$ 547.426,92 – fls. 33 e 96/97)**; e **D) Divergência** de **R\$ 5.780,63** entre o valor registrado no Demonstrativo dos recursos recebidos por meio de Convênios, Acordo, ajustes celebrados, Termos de Cooperação ou outros (anexo da PCA, item X, doc. 17), no valor de **(R\$ 2.999.963,25)**, e o valor registrado no Balanço Financeiro à (fl. 12), - da conta

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Transferências Voluntárias da União no valor de **(R\$ 2.994.182,62)**, às (fls. 37/38 e 97/98);

5) Pela comunicação do apurado nos itens **A, B, C e D do item 3, deste voto**, ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC/AC, para as providências que entender adotar quanto a conduta dos profissionais sujeitos à sua jurisdição.

Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do feito.

.

Rio Branco – Acre, 09 de novembro de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA
Conselheira Substituta

Fui presente:

MARIO SERGI NERI DE OLIVEIRA
Procurador do MPE/TCE/AC